



Justificativa ao Projeto de Lei nº 037/2018 – CMA/ES

O serviço prestado atualmente pelas prestadoras de serviços públicos, contratadas e permissionárias ou concessionárias de serviços públicos atinge somente parte da via, o que acarreta, muitas vezes, deformidades no pavimento, gerando acidentes e danificando os veículos. Portanto, este projeto de lei se justifica pelo fato de que amplia a obrigatoriedade dos serviços de recapeamento, asfaltamento e calçamento das vias trazendo melhor estabilidade no solo. Ao mesmo tempo, ao exigir que as prestadoras de serviços públicos, contratadas e permissionárias ou concessionárias de serviços públicos realizem o trabalho em até 72 horas, é uma forma de garantir a qualidade e responsabilidade pelo dano causado.

Alegre, ES, 22 de Outubro de 2018


Emerson Gomes Alves (Mosca)
Vereador - Partido Solidariedade